

## Cimi quer fim à morte de indígenas

Um relatório sobre os suicídios entre os Guarani Kaiowa, com propostas que ponham um fim às mortes, foi entregue pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, durante audiência. O documento havia sido solicitado pelo próprio ministro no mês passado. Em 1990, 31 Kaiowa suicidaram-se, este ano já são 11 os casos registrados, todos do Mato Grosso do Sul.

O relatório aponta a falta de terra como principal causa de tantas mortes. Apenas duas áreas Kaiowa foram demarcadas desde os tempos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Os territórios já demarcados estão superpovoados devido ao afluxo de famílias expulsas de suas terras tradicionais e várias comunidades estão ameaçadas de perderem suas terras para fazendeiros.

Segundo o Cimi, a ação da Fundação Nacional do Índio (Funai) frente o problema nos últimos 15 anos tem oscilado entre a omissão completa e a colaboração com os fazendeiros na transferência dos índios de seus territórios tradicionais.

A primeira medida necessária apontada pelo Cimi refere-se à imediata demarcação das terras Kaiowa cujos processos administrativos já foram iniciados, mas estão com sua tramitação suspensa pela Funai. São os casos de Cerrito, Takukuarty (Paraguaçu), Piracua, Panambi e Jaguapire. Essa medida significaria um aumento de 10.967 hectares do território atualmente ocupado pelos Kaiowa.

O Cimi afirma ainda a necessidade de demarcar as áreas de onde os índios foram expulsos e cujos limites já foram identificados. São elas: Panambizinho, Sete Cerros, Guasuti, Maracaju e Jaguari. As duas medidas dependem exclusivamente da vontade política do Governo e não se trata de desapropriar terras, mas demarcar áreas tradicionais conforme determina a Constituição.

É necessário também a redivisão da área indígena de Dourados, separando os Guarani dos Terena por serem povos distintos. A medida poria fim à violência que impera no local desde os anos 70. É urgente ainda a implementação de projetos de subsistência, educação escolar bilingüe e saúde, respeitando a organização tradicional dos índios, o questionamento da ação das seitas que não respeitam a organização social, costumes, crenças e tradições dos índios, e o controle e fiscalização dos contatos de trabalho envolvendo a mão-de-obra indígena.